

ARTIGO | Fluxo contínuo

As pesquisas sobre a relação público-privado na educação básica de Pernambuco (2012-2022)

Research on the public-private relationship in basic education in Pernambuco (2012-2022)

Investigación sobre la relación público-privada en educación básica en Pernambuco (2012-2022)

Danilo Cardoso da Silva

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar as tendências de teses e dissertações sobre as relações público-privado na educação básica do estado de Pernambuco, elaboradas em Programas de Pós-Graduação em Educação, entre os períodos de 2012 a 2022. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada na metodologia da metapesquisa, que envolveu levantamento em três bancos de dados do país. Os resultados possibilitam um melhor entendimento das produções acerca da temática e ampliam o acesso a informações para novos estudos.

Palavras-chave: Pernambuco; público-privado; produção acadêmica.

ABSTRACT

This article aims to analyze the trends of theses and dissertations on public-private relations in basic education in the state of Pernambuco, elaborated in graduate programs in education, between the periods of 2012 to 2022. To this end, a qualitative research was carried out, based on the methodology of the meta-research, which involved a survey in three databases in the country. The results allow a better understanding of the productions on the theme and expand access to information for further studies.

Keywords: Pernambuco; public-private; academic production.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las tendencias de las tesis y disertaciones sobre las relaciones público-privadas en la educación básica en el estado de Pernambuco, elaboradas en programas de posgrado en educación, entre los períodos de 2012 a 2022. Para ello, se realizó una investigación cualitativa, basada en la metodología de la meta-investigación, que incluyó una encuesta en tres bases de datos del país. Los resultados permiten una mejor comprensión de las producciones sobre el tema y ampliar el acceso a la información para estudios posteriores.

Palabras clave: Pernambuco; público-privado; producción.

Introdução

O debate sobre as relações entre o público e o privado na educação brasileira ganhou maior dimensão nas últimas décadas, especialmente com a implementação de amplas reformas que modificaram o caráter do Estado no país¹. Essa direção estabeleceu um redesenho político-institucional no âmbito da gestão pública, ampliando a participação do setor privado nesses espaços, de modo a colocar um novo paradigma gerencial para a sua administração.

Esse processo seguiu a tendência global de expansão de arranjos dessa natureza, acompanhando o avanço do neoliberalismo (NEVES, 2005). E ao longo do desenvolvimento dessa perspectiva, observa-se a criação de um novo arcabouço jurídico condizente com a reforma gerencial proposta, que foi sendo ampliado e aperfeiçoado pelos diferentes governos nesse percurso². Tal movimento consolidou um aparato jurídico-legal para essas relações e expandiu a influência e/ou presença do setor privado em serviços públicos.

Apesar do estabelecimento dessa nova legislação no âmbito nacional, a relação entre o público e o privado extrapola a sua caracterização jurídica (ADRIÃO; GARCIA; BORGHI; ARELARO, 2009). Esse processo vem de encontro ao movimento mais amplo de expansão de setores do mercado, que procuram estender sua atuação para outras áreas, como a educação básica, com repercussão direta sobre os diferentes sistemas educacionais do país.

Nesse cenário, as relações público-privadas avançam e se multiplicam no conjunto das redes públicas de ensino. E ainda que tenham um regime jurídico comum a todos, cada estado seguiu seu desenvolvimento social e histórico próprio no decurso de aproximação entre o público e o privado. É nesse contexto que este estudo se volta para o estado de Pernambuco, que vem aumentando significativamente a ênfase na relação com o setor privado há mais de duas décadas, levantando inúmeros debates sobre a questão.

¹ O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995) foi implementado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 1998, tendo um importante papel na reorganização do Estado e de seu marco regulador subsequente (PERONI, 2003).

² Para consultar o aparato jurídico-legislativo brasileiro desse processo, ver Di Pietro (2017).

A temática público-privado ganhou força em governos pernambucanos durante a gestão de Jarbas Vasconcelos (1999-2006), do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que promulgou a Lei nº 11.743 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 23.046 de 19 de fevereiro de 2001. A nova legislação apresentada tinha como finalidade sistematizar a prestação de serviços públicos não exclusivos e regulamentar as organizações sociais e da sociedade civil de interesse público e outras atividades sociais³.

Esse modelo vai ser continuado pelos governos subsequentes do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com Eduardo Campos (2007-2014) e Paulo Câmara no período 2015-2022. Esse cenário pode ser evidenciado pelo conjunto de políticas públicas que foram implementadas no estado que, amparadas no discurso neoliberal de Terceira Via (FALLEIROS; MELO, 2005), tiveram um importante papel na reconfiguração da rede pública de educação, traduzindo-se em novas formas de condução desses sistemas de ensino.

Esse processo engendrou estudos que procuram dar conta de apreender esse fenômeno por meio de diversas perspectivas e abordagens. Nessa direção, este artigo objetiva investigar as tendências de teses e dissertações que têm como tema central as relações público-privado na educação básica do estado de Pernambuco, elaboradas nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil, entre os períodos de 2012 a 2022.

A partir desse objetivo, organizou-se um conjunto de questões norteadoras para estruturar este estudo: Qual o quantitativo de teses e dissertações produzidas? Quais regiões, estados e instituições têm desenvolvido pesquisas? Quais os subtemas abordados? Quais as principais perspectivas teóricas? Quais as abordagens metodológicas? Essas indagações vão possibilitar a construção de um panorama das produções da última década sobre a relação público-privado na educação básica do estado.

Metodologia

Para dar conta do objetivo deste artigo, foi feito um levantamento em três bancos de teses e dissertações do país: a Biblioteca Brasileira Digital de

³ Esse dispositivo legal sofreu algumas alterações posteriormente por meio da Lei nº 12.973 de dezembro de 2005, que altera alguns dispositivos do texto anterior, mas conserva (ou mesmo procura aperfeiçoar) a essência de participação de entidades privadas no público estadual.

Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) e Repositório Digital da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O agrupamento dessas produções possibilitou trazer alguns indicadores importantes sobre o estado atual das pesquisas no campo das relações público-privado no estado, permitindo a construção de uma visão mais ampla.

Realizaram-se buscas por pesquisas produzidas entre 2012 e 2022, procurando cobrir os últimos dez anos de produções. Inicialmente, procurou-se nos bancos de dados utilizando dois descritores: “público e privado” e “público-privado”, gerando um total de 220 exemplares. Em seguida, realizou-se a leitura cuidadosa dos respectivos títulos, resumos e palavras-chave, resultando em um total de 14 trabalhos. Foram selecionados apenas aqueles que tratavam especificamente da relação público-privado em Pernambuco, visto que a temática também é abordada em outros estudos de forma secundária.

Após esse percurso, entrou-se em um segundo momento do levantamento das produções: a sistematização dos dados. Esse processo possibilitou a construção de quadros e tópicos estruturados nos seguintes pontos: 1) apresentação dos trabalhos; 2) distribuição por região, estado e instituições; 3) temáticas investigadas; 4) perspectivas teóricas; 5) abordagens metodológicas. A reunião desses itens procurou cobrir alguns aspectos que envolvem a temática, permitindo organizá-las para a fase posterior do estudo.

Na etapa final, procedeu-se com uma análise dos dados, interpretando as informações agrupadas nos quadros e tópicos, fundamentada na metapesquisa⁴. No que se refere à abordagem, adotou-se a pesquisa qualitativa, com base no entendimento de Minayo (2016), para quem uma das características desse enfoque envolve explicitar dados, informações e tendências ou construir modelos teóricos. Desse modo, acredita-se que tal perspectiva oferece subsídios capazes de equacionar o objetivo deste artigo.

Apresentação e análise dos resultados

Após a análise das teses e dissertações levantadas por este estudo, foi possível agregar um conjunto de informações relevantes. Neste primeiro

⁴ Mainardes (2021) explica que a metapesquisa pode ser entendida como pesquisa sobre pesquisa ou, ainda, a pesquisa que procura explicar o processo de pesquisa sobre um tema ou área ou campo específico.

momento do levantamento, será apresentada uma lista com as produções acadêmicas encontradas após o processamento dos dados (Quadro 1):

Quadro 1 – Apresentação das teses e dissertações (2012-2022)

Nº	Autor	Título	T/D	Ano
1	SILVA, Roseane Nascimento da.	Parceria público privado na educação profissional técnica de nível médio no Estado de Pernambuco.	T	2013
2	COSTA, Maria Fabiana da Silva.	O Programa Gestão Nota 10: parcerias público-privado na educação.	D	2013
3	SILVA, Mércia Rodrigues Farias da.	O processo de implementação da educação profissional integrada ao ensino médio em Pernambuco: o caso da escola técnica estadual Cícero Dias.	D	2013
4	NASCIMENTO, José Almir do.	Selo UNICEF município aprovado: implicações nos discursos de qualidade da educação em Riacho das Almas.	D	2013
5	FILHO, Antonio Agostinho da Silva	Parceria público/privada em educação: análise do Projeto Alfabetizar com Sucesso/Programa Circuito Campeão no município de Surubim/PE.	D	2014
6	ALVES, Maria do Socorro Valois	O ensino médio em Pernambuco: gestão e financiamento no período de 2005 a 2013.	T	2015
7	AGUIAR, Silvana Galvão de.	Política de Correção de Fluxo Escolar em Pernambuco: concepção, implementação e impactos	D	2015
8	SILVA, Emanuel Lourenço da.	A parceria público-privada na gestão da escola pública em Pernambuco: de um programa experimental à consolidação de uma política pública de gestão para resultados.	D	2015
9	FERREIRA, Raimundo Nonato.	Políticas de formação continuada de gestores escolares: um estudo do Programa de Formação de Gestores de escolas estaduais de Pernambuco (PROGEPE).	D	2016
10	SILVA, Washington Ferreira da.	As ações do SENAI no âmbito do PRONATEC em Pernambuco.	D	2016
11	SANTOS, Raphael Alario Rodrigues dos.	Os Fundamentos da Educação Integral no Programa Mais Educação.	D	2017
12	ARAÚJO, Micilane Pereira de.	O público e o privado no processo de expansão da política de educação integral de Pernambuco: uma análise do currículo, da oferta educacional e da gestão das escolas de referência em ensino médio	D	2020
13	BARBOSA, John Mateus.	Modernização-restauradora e transformismo na política do ensino médio [integral] em Pernambuco: estratégias da hegemonia empresarial e controle do trabalho docente.	T	2020
14	OLIVEIRA, Antonio Marcos Alves de.	As relações público-privadas nas iniciativas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).	T	2020

Fonte: Elaborado pelo autor.

Fica evidente o predomínio de trabalhos realizados no Nordeste do país, com destaque para a UFPE, seguido pela UFPB e a UFAL. Não foram encontradas produções nas demais regiões, o que demonstra que o conjunto

de questões no estado ainda é visto como questões locais. Ampliar as reflexões para outros espaços também é uma forma de qualificar ainda mais o debate, na medida em que permite a introdução de outros pontos de vista.

Temática investigada

A seguir, apresenta-se a sistematização dos subtemas abordados nas produções, realizada a partir de exame dos resumos, objetivos declarados e palavras-chave⁵. Por meio desse percurso, foi possível organizar as teses e dissertações em sete grupos comuns, levando-se em consideração critérios de igualdade/diferença entre os propósitos apresentados nos estudos em questão.

Quadro 3 – Subtemas das teses e dissertações

	Subtemas	T	D	Nº	%
1	Projeto/Programa	1	5	6	43%
2	Ensino Médio Integral	2	2	4	29%
3	Ensino Médio Regular	1	1	2	14%
4	Política de Correção de Fluxo	–	1	1	7%
5	Organismos Multilaterais		1	1	7%
Total		4	10	14	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

O exame do Quadro 3 possibilita a compreensão dos subtemas abordados nas discussões sobre as relações público-privado na educação básica do estado. Nessa perspectiva, observou-se que a maior parte (43%) está ligada às discussões acerca dos projetos e programas. Os trabalhos centram-se em experiências, como o Programa Gestão Nota 10, Programa de Formação de Gestores de Escolas Estaduais de Pernambuco (Progepe), Projeto Alfabetizar com Sucesso/Programa Circuito Campeão, entidades privadas do setor profissional no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa Mais Educação. Em síntese, buscam analisar os projetos/programas em parcerias públicas com o setor privado.

Com um quantitativo, também expressivo (29%), estão os estudos acerca do Ensino Médio Integral em Pernambuco. Nesse subtema, as propostas se diversificam em análises sobre currículo, oferta e gestão nas

⁵ Nos casos das produções em que apenas a análise desses componentes não foi suficiente para chegar a uma conclusão dos subtemas abordados, recorreu-se à leitura do trabalho em busca de pistas para a categorização.

escolas de referência de Ensino Médio, controle do trabalho docente nas políticas de educação integral, os processos de implantação da educação profissional técnica e a educação profissional técnica de Nível Médio. Essa modalidade de ensino é uma das principais políticas educacionais no estado, com a presença de entidades privadas envolvidas nessa proposta de ensino.

As produções que procuram ainda apreender aspectos relacionados ao Ensino Médio Regular constituem 14% dos subtemas abordados. Esses buscam analisar questões envolvendo elementos da gestão/financiamento e das propostas de gestão para resultados. Os trabalhos demonstram como as entidades privadas perpassam vários pontos educacionais, procurando modificar seus modelos de estruturação financeira e organizacional. Elas compreendem não apenas as formas isoladas ou experimentais da educação, mas também estão presentes nos demais âmbitos do ensino público no estado.

Em menor número estão os subtemas que buscam discutir questões ligadas à política de correção de fluxo e organismos multilaterais, totalizando 7%. Esses abordam pontos diversificados, como a problemática das distorções idade/série no ensino, as políticas de responsabilização no contexto das reformas administrativas pernambucanas, o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (Idepe) e a atuação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) nas propostas educativas desenvolvidas no estado.

Perspectivas teóricas

Ao realizar análise das produções levantadas, procurou-se ainda compreender as principais referências adotadas nas discussões da relação público-privado no estado de Pernambuco. Assim, este estudo faz um recorte com base nas indicações explicitadas que fazem referência à temática em questão. A seguir, são apresentados os autores mais mencionados (Quadro 4):

Quadro 4 – Perspectivas teóricas das teses e dissertações

Principais autores	Nº	%
Vera Maria Vidal Peroni	7	16%
Gaudêncio Frigotto	5	12%
Theresa Maria de Freitas Adrião	4	9%
Carlos Roberto Jamil Cury	4	9%
Karl Marx	3	7%

Stephen Ball	3	7%
Antonio Gramsci	3	7%
Maria Ciavatta	2	5%
István Mészáros	2	5%
Janete Maria Lins de Azevedo	2	5%
Acácia Zeneida Kuenzer	2	5%
Luiz Carlos de Freitas	1	2%
Vitor Henrique Paro	1	2%
Luiz Fernandes Dourado	1	2%
Márcia Angela da Silva Aguiar	1	2%
Lisete Regina Gomes Arelaro	1	2%
Pablo Gentili	1	2%
Total		100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

No conjunto de autores tomados como referências principais, destacam-se Vera Peroni, Gaudêncio Frigotto, Theresa Adrião e Jamil Cury com o maior número de menções. Em seguida, aparecem Karl Marx, Antonio Gramsci e Stephen Ball, seguido por um grupo mais amplo de autores que compreendem o extenso campo das relações público-privado na educação. É importante lembrar que inúmeros outros são citados, mas foi dado destaque aos do tema.

Como os debates acerca do público-privado percorrem um conjunto amplo de discussões, é natural que autores com maior convergência ao tema analisado se destaquem, embora também se observe a presença de autores consagrados em outras áreas de estudo. Os livros e artigos foram as principais fontes utilizadas pelas produções, com maior frequência de autores nacionais.

Abordagens metodológicas

Neste momento, procura-se compreender os aspectos metodológicos das teses e dissertações. Mas é importante destacar que não foi objetivo deste levantamento esgotar a questão, e sim captar alguns aspectos metodológicos utilizados pelos trabalhos. De modo geral, procurou-se extrair as modalidades de investigação mais recorrentes, as abordagens adotadas ao longo das pesquisas, percursos dos métodos empregados, procedimentos e meios utilizados para a coleta e análise dos dados, bem como seus sujeitos/objetos.

Mas a apreensão dos aspectos metodológicos dos trabalhos apresentou algumas dificuldades para a constituição de sua análise, pois alguns estudos não deixam claro, em seus textos, o tipo de investigação a que se propôs

realizar, dificultando a sua compreensão e categorização. Esse fato foi contornado por uma exposição mais ampla das metodologias empregadas, que possibilitou apresentar um panorama sobre as opções mais utilizadas.

Realizou-se ainda uma classificação entre investigações empíricas e teóricas, tomando como base a perspectiva apresentada por Minayo (2016). Assim, a partir do levantamento, foi verificado que, das 14 produções, 11 se enquadram na perspectiva empírica e 3 na perspectiva teórica. Esse número significativo de trabalhos voltados para a pesquisa empírica é reflexo da natureza dos estudos sobre o tema, que tendem a discutir o desenvolvimento de políticas educacionais que trazem como foco realidades concretas.

A maior parte dos trabalhos declarou realizar investigação sob a ótica qualitativa, com poucas delas que se declararam realizar pesquisa quantitativa. Os métodos de pesquisa percorreram um conjunto amplo de diferentes abordagens, dentre as quais, encontram-se investigações que se utilizam de análise de conteúdo, análise de discurso e estudo de caso.

Com relação às ferramentas e aos instrumentos utilizados, estão a pesquisa bibliográfica e documental; entrevistas semiestruturadas e questionários; análise de conteúdo. Foram encontrados trabalhos que empregaram um ou vários desses meios. Os sujeitos foram compostos por grupos internos/externos à escola: gestores, coordenadores, professores, estudantes, técnicos, conselhos, secretarias, sindicatos e agentes privados.

Outro aspecto que foi considerado oportuno abordar refere-se aos enfoques epistemológicos utilizados nos trabalhos encontrados. Dessa forma, com base na proposta de classificação de Gamboa (1998), verificou-se que todas as produções perpassam a perspectiva denominada crítico-dialética, indicando uma maior prevalência dessa corrente nos programas levantados.

Conclusão

Este artigo concentrou-se na análise das tendências presentes em teses e dissertações que abordam a relação público-privado na educação básica do estado de Pernambuco, tomando como base os períodos de 2012 a 2022, de modo a buscar apreender uma década de investigações desenvolvidas acerca da temática nos Programas de Pós-Graduação em Educação brasileiros.

O quantitativo mostra uma prevalência das dissertações em relação às teses, o que pode indicar a descontinuidade das investigações ou mesmo maior duração das produções de níveis mais elevados. A distribuição também ficou restrita à Região Nordeste, com trabalhos elaborados em três estados, com destaque para Pernambuco, que concentrou grande parte dos estudos.

As investigações cobriram uma variedade de subtemas, com discussões sobre projetos e programas, ensino médio (integral e regular), política de correção de fluxo e organismos multilaterais, que são questões pautadas pelas próprias redes de ensino no estado, deixando de abordar outros assuntos também relevantes, como a relação do empresariado com a educação básica.

Em relação às referências, as produções cobriram os clássicos da temática em nível nacional e internacional, congregando uma grande seleção de autores que discutem o campo das relações público-privado na educação básica, bem como se utilizaram de abordagens metodológicas que perpassam um amplo conjunto de métodos e instrumentos de investigação acadêmica.

Assim, a análise possibilitou uma melhor compreensão das dinâmicas entre o público e o privado na educação de Pernambuco, com destaque para a diversidade de temas, abordagens e perspectivas teóricas, que enriquecem a discussão e permitem uma melhor apreensão sobre a temática. O conjunto das informações reunidas também fornece um entendimento mais amplo dos estudos que sustentam o debate das relações público-privado no estado.

Todos os aspectos evidenciados mostram as principais tendências que marcaram o desenvolvimento das pesquisas sobre as relações público-privadas na educação básica do estado nos últimos anos. Nessa perspectiva, espera-se que esses resultados contribuam para uma melhor compreensão do tema em questão e ampliem o acesso a informações para novos estudos.

Referências

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; BORGHI, Raquel; ARELARO, Lisete. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. *Educação e Sociedade*, v. 30, n. 108, p. 799-818, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0930108.pdf>>. Acesso em: 30 fev. 2022.

AGUIAR, Márcia Angela da Silva; ABRANCHES, Ana de Fátima Pereira de Sousa; ANDRADE, Edson Francisco de. Prioridades governamentais para a educação básica (2019-2022): rumos da educação em Pernambuco. In: ADRIÃO, Theresa; MARQUES, Luciana Rosa; AGUIAR Márcia Angela da Silva (Org.). *Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018: para onde os sistemas estaduais caminham?* Brasília: ANPAE, 2019. pp. 112-129. Disponível em: <<https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/POLITICAS-E-PRIORIDADES.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Serviços: *Banco de teses*. 2005. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 12 abr. 2022.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquias, terceirização, parceria público-privada e outras formas*. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2017. 464p

FALLEIROS, Ialê; MELO, Marcelo Paulo de. Reforma da Aparentagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2005. pp. 175-192.

GAMBOA, Silvio Sánchez. *Epistemologia da Pesquisa em Educação*. Campinas: Práxis, 1998. 156p.

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD*. Disponível em: <http://bdt2.ibict.br>. Acesso em: 16 abr. 2022.

MAINARDES, Jefferson. A metapesquisa no campo da Política Educacional: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos. In: MAINARDES, Jefferson (org.). *Metapesquisa no Campo da Política Educacional*. Curitiba: CRV, 2021. pp.19-43.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2016. 96p.

PERNAMBUCO. Decreto nº 23.046, de 19 de fevereiro de 2001. Regulamenta a Lei nº 11.743, de 20 de janeiro de 2000, que instituiu o Sistema Integrado de Prestação de Serviços Públicos Não Exclusivos; dispõe sobre a qualificação e funcionamento das organizações sociais e das organizações da sociedade civil de interesse público, e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado, Poder Executivo*, Pernambuco, PE. Disponível em: <<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=23046&complemento=0&ano=2001&tipo=&url=>>>. Acesso em: 30 fev. 2022.

PERNAMBUCO. Lei nº 11.743, de 20 de janeiro de 2000. Sistematiza a prestação de serviços públicos não exclusivos, dispõe sobre a qualificação de Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e o fomento às atividades sociais, e dá outras providências. *Diário Oficial [do]*

Estado, Poder Executivo, Pernambuco, PE. Disponível em:
<<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=11743&complemento=0&ano=2000&tipo=&url=>>. Acesso em: 30 fev. 2022.

PERNAMBUCO. Lei nº 12.973, de 26 de dezembro de 2005. Altera os artigos 1º, 2º, 10, 14, 15, 17, 18, 22 e 31 da Lei nº 11.743, de 20 de janeiro de 2000, e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado, Poder Executivo*, Pernambuco, PE. Disponível em:
<<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=12973&complemento=0&ano=2005&tipo=&url=>> Acesso em: 30 fev. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal. *Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003. 207p.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. *Educação e Sociedade*, v. 41, e241697, pp.1-17, nov. 2020. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/es/a/gPNy6mbMhQVmfzrqX8tRz4N/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

UFPE. Universidade Federal de Pernambuco. *Repositório institucional da UFPE*. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

Recebido em: 27/12/2022.


Aceito em: 03/03/2023.

Danilo Cardoso da Silva

Doutorando em Educação (PPGE/FE-USP). Mestre em Educação (PPGE/CEDU/UFAL). Graduação em Pedagogia (DEDC-VIII/UNEB). Áreas de interesse: Políticas Públicas, Público-Privado e Educação Básica.

 danielocardoso@usp.br

 <http://lattes.cnpq.br/1195741682824679>

 <https://orcid.org/0000-0003-1290-3058>

